

O PRP e a política regional paulista na I República.

Artigas José Henrique Artigas de Godoy.

Cita:

Artigas José Henrique Artigas de Godoy (2010). *O PRP e a política regional paulista na I República*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/82>

Trabalho preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.

Coronelismo e política regional paulista na I República

José Henrique Artigas de Godoy

jhartigasgodoy@gmail.com

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Área Temática: Política Comparada

RESUMO

Após a gestão de Campos Salles, com a instituição da política dos governadores e o fortalecimento dos partidos republicanos regionais, começa a ocorrer uma relativa simbiose entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e a estrutura burocrática do governo estadual. Os membros da Comissão Diretora do partido eram lideranças regionais que controlavam os distritos eleitorais e as zonas geográficas de influência. Essas lideranças foram decisivas na conformação dos acordos, no controle do eleitorado e na resolução de conflitos entre coronéis nas zonas em que se dividia o estado.

1. O coronelismo na I República

Segundo versão consagrada de Victor Nunes Leal ([1949]1975), o coronel da Primeira República, diferente do mandão colonial e do chefe local todo-poderoso, não detém poder absoluto. Ao contrário, apresenta-se como uma figura cada vez mais dependente dos favores do governo. A conjuntura de perda do poder do coronel é que permite a existência do sistema de reciprocidade de tipo coronelista.

... o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. (LEAL, [1949] 1975: 20)

Ao conferir poder aos governos estaduais a República federativa diminuiu a autonomia local e, logo, a ação dos senhores de terras.

Com a política dos governadores, implementada a partir de 1898, na gestão de Campos Salles, instaura-se uma rede de compartilhamento de favores e lealdades que têm como centro o governo estadual. Segundo Leal, o governo estadual se articula na esfera superior com o federal e

na inferior com as chefias municipais, promovendo um compartilhamento de cargos, favores e votos entre os diversos níveis de poder.

O coronelismo, segundo Leal, é resultado da ampliação do sistema representativo em um cenário sócio-econômico “inadequado”. O regime de propriedade - latifúndio - e o domínio social dos senhores de terras, em um país marcadamente rural, impôs limitações ao perfil participativo impresso pela República, com o aumento relativo do eleitorado e restrição das cláusulas de barreira do voto censitário.

No sentido de demonstrar que o sistema coronelista é resultado da decadência dos coronéis e do fortalecimento do Estado Nacional, Victor Nunes Leal dá pouca importância àqueles setores da classe dominante que ascendem em concomitância com o processo de urbanização, nacionalização e burocratização do Estado. Isso ocorre não por desconhecimento do aumento de participação desses novos setores, mas pelo recorte institucionalista centrado no município que, de fato, tem seu poder gradual e permanentemente atrofiado durante a I República, período auge do coronelismo.

Para Leal, a ênfase ao tratar dos coronéis reside na sua perda de poder, restando aos senhores de terras o recurso ao Estado para suprir suas carências frente às crescentes demandas das populações rurais.

Apesar de parte dos exemplos usados por Leal referirem-se a casos paulistas, o cenário em que se insere o argumento do autor é, preponderantemente, o arcaico e pobre. O *status* social superior do coronel é conferido menos pela extensão de seu poder econômico que pela situação de miserabilidade em que se encontram os estratos inferiores da sociedade rural, que se vêem subordinados social, econômica e politicamente ao poder dos proprietários de latifúndios.

Com a República, o Estado assume funções antes conferidas à Igreja e aos fazendeiros, principiando um longo e tortuoso processo de estruturação burocrática e gerencial. Os governos federal e do estado de São Paulo vão ganhando relativa autonomia em concomitância com a ascensão econômica de setores da elite não ligados essencialmente à propriedade da terra.

O processo de perda relativa de poder dos senhores de terras é acompanhado, em São Paulo, por uma lenta mudança no perfil das lideranças políticas, cada vez mais ligadas às atividades urbanas. A atividade política também passa, lentamente, a se tornar profissionalizada.

A divisão do trabalho sob o modo de produção capitalista exige a especialização econômica, fazendo com que as atividades políticas passem também a se especializar. O processo de especialização da atividade política produz novos agentes que passam a se dedicar privilegiadamente às atividades de representação política, permitindo o acesso aos postos de mando de elementos oriundos das classes médias, especialmente bacharéis sem tradição aristocrática ou amplo patrimônio rural. Esse processo de especialização e profissionalização da atividade política

ocorre em paralelo a uma institucionalização das atividades de representação, tendendo a reduzir o poder dos coronéis dos pequenos municípios e ampliar o de instituições como o partido estadual. Em São Paulo esse processo ocorre principalmente após os acordos que dão vazão à política dos governadores.

Como desde a decretação da República o Partido Republicano Paulista (PRP) se tornou a principal instituição partidária no estado é ele que passou a reunir a maior parcela das principais lideranças políticas de São Paulo. Paralelamente, os acordos que definiam as indicações para os postos principais de mando também passaram a ser estipulados em conformidade com a distribuição do poder no interior do partido (CASALECCHI,1987; SOUZA, 1985; LOVE,[1982]; e KUGELMAS, [1986]).

Em geral as abordagens sobre o sistema coronelista em São Paulo são matizadas por três instâncias correlacionadas: local, estadual e nacional. Embora o sistema se origine no município, o elo principal da cadeia de compromissos reside no governo estadual. É praticamente ausente da bibliografia sobre a Primeira República a existência de níveis intermediários de poder não organizados conforme as divisões federativas. Não obstante, em São Paulo, um dos mais significativos centros políticos do país à época, havia níveis diversos de poder que não seguiam, necessariamente, a tríade federativa união/estado/município, apresentando também outras clivagens, a exemplo dos níveis zonal, distrital e regional. A observação sistemática da política paulista no período demonstra que há outras formas de compreensão da distribuição do poder que não circunscritas àquelas tradicionalmente usadas como referência para entender os acordos políticos sob o coronelismo. O objetivo deste artigo é o de indicar a existência, no estado de São Paulo, dessas clivagens regionais que assumem importância decisiva tanto para a distribuição de poder e cargos, quanto para articular o sistema coronelista de forma a tornar eficaz o controle partidário sobre os coronéis nos pequenos municípios.

Além disso, também se torna importante a clivagem regional por reforçar o peso do comando do PRP sobre as escolhas eleitorais e de candidaturas, fundamentais para o exercício do poder sob o sistema de reciprocidades desiguais característico do coronelismo da I República.

Apesar da hegemonia do PRP em São Paulo, o partido não constituía um grupo homogêneo. Os conflitos entre facções internas foram permanentes durante toda a Primeira República, como atestam as diversas dissidências de 1891, 1896, 1901, 1906, 1910, 1922 até a constituição do Partido Democrático (PD), em 1926¹.

Tais cisões acompanham os momentos críticos da economia cafeeira, nos quais setores sociais e economicamente dominantes apresentam reivindicações políticas diferenciadas. A primeira

¹ Sobre o PD ver Prado (1986) e Nogueira Filho (1965).

grande crise do café, na década de 1890, incentivou a organização dos Congressos da Lavoura, que levaram à criação dos Clubes de agricultores nos municípios do interior de São Paulo e posterior constituição do Partido da Lavoura. Essa foi a primeira demonstração de conflito entre os setores essencialmente agrícola e o diversificado no complexo cafeeiro, o que se tornou constante nos anos seguintes.

Como o PRP reuniu as principais lideranças políticas do estado era a partir dos resultados de suas disputas internas que se processavam os compromissos, sob a forma de apoio do governo estadual às lideranças políticas locais.

O compromisso coronelista consistia na garantia de autonomia dos coronéis para que indicassem seus apaniguados para cargos importantes no município, em geral controlados pelos governos estadual e federal. Como demonstrava Leal, o poder do município se tornou cada vez menor do ponto de vista da autonomia econômica e administrativa, denunciando uma concentração desigual de poder com preponderância para o nível estadual.

Quanto maior fosse o controle sobre cargos e recursos, maior seria a capacidade de poder sob a batuta de um coronel. Era de fundamental importância o reconhecimento, por parte do PRP, da existência de uma liderança proeminente no município. O coronel reconhecidamente mais poderoso era aquele que conseguia angariar o maior número de votos para a situação estadual, independente da forma pela qual esses votos eram conseguidos, se por convencimento, pressão, fraude ou violência. O importante para os coronéis do interior era demonstrar que tinham poder suficiente para “fazer” eleições. Como afirmava a tradição popular, a honra e o poder de um coronel se expressavam através da capacidade de domínio local, daí derivando a máxima que afirmava só existir uma vergonha para o chefe político: perder a eleição.

A literatura especializada no tema do coronelismo foi marcada por um intenso debate sobre a importância ou não do voto. Como a fraude e a violência foram componentes constantes das formas de controle eleitoral, alguns autores, como Paul Cammack (1979), indicavam que a lógica de comportamento político sob o sistema coronelista não passava pela instância eleitoral, visto que as eleições não refletiam a verdade das escolhas dos eleitores. Partindo deste argumento, Cammack afirmava que o apoio eleitoral do coronel ao governo estadual e federal não era relevante para a análise política, visto que os sufrágios não teriam importância para o cômputo de poder sob controle dos coronéis.

José Murilo de Carvalho, no hoje já clássico artigo *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual* (CARVALHO, 1999), critica a interpretação de Cammack indicando que o voto deveria ser levado em consideração. Não obstante, o peso político das lideranças não poderia ser avaliado em conformidade com o número absoluto de votos atribuídos

aos candidatos apoiados pelos coronéis. O elemento relevante das eleições não residia no número absoluto de votos, mas no número proporcional e, o que seria ainda mais importante, na capacidade de vencer as eleições. A importância das eleições eram, portanto, mais simbólicas que quantitativas.

Em geral, nos municípios do interior de São Paulo, tendia a ocorrer ou uma hegemonia unipessoal exercida por um coronel proeminente ou uma bipolaridade entre um grupo de situação e um de oposição, representados por coronéis que se apresentavam como antagônicos e, conseqüentemente, segundo a lógica coronelista, não apenas adversários, mas inimigos, visto que a perseguição aos opositores por parte do governo era regra pressuposta do coronelismo. Esse padrão de comportamento político deu origem ao axioma: “para os amigos, pão, para os inimigos, pau”.

Onde não havia hegemonia de um grupo ou chefia política reforçava-se a importância das eleições, visto que a capacidade de vencer o pleito era um demonstrativo do poder encerrado por cada liderança contendora. Assim, o coronel que vencesse as eleições era considerado, pela direção do PRP, como a liderança proeminente, o que era decisivo para angariar poder, representado pelo acesso a cargos e recursos controlados pelos governos estadual e federal. Desta forma, era pouco relevante se os votos haviam sido conquistados através de recursos à fraude e à violência. O que era decisivo para orientar a tomada de posição da direção estadual do PRP era a capacidade de vencer, justa ou injustamente, as eleições e, conseqüentemente, sufragar os apoiadores dos governos estadual e federal em conformidade com as situações, negando, assim, apoio às candidaturas de oposição. A estabilidade de poder encerrada durante o período auge do coronelismo se pautava nessa regra fundamental, que presumia a reprodução do poder das situações.

Se houvesse em um município de interior um coronel opositor ao governo estadual, isso era suficiente para que todos os candidatos por ele apoiados não recebessem a chancela da Comissão de Verificação de Poderes, que legitimava o pleito e diplomava os candidatos eleitos. Os arranjos políticos estaduais permitiam que candidatos eleitos pelo voto popular tivessem suas candidaturas impugnadas e, conseqüentemente, não fossem diplomados. Com isso, o cargo era repassado para o segundo ou o terceiro candidato mais votado, naturalmente se este fosse alinhado ao governo estadual. O mesmo ocorria quando havia disputas no interior dos diretórios municipais do partido. Quando um candidato de oposição ao governo estadual se elegia para a direção local do PRP, imediatamente a Comissão Diretora estadual tratava de impugnar a candidatura do eleito e empossar o adversário fiel. Esses mecanismos de controle pós-eleitoral auxiliavam na tarefa de manter unidade e coesão partidária. Não é coincidência, portanto, o fato

de que a maioria dos candidatos a governador, durante toda a I República, tivessem sido sufragados com mais de 99% dos votos, tendo a maioria deles atingido a unanimidade intrapartidária.

O controle discricionário dos votos por parte dos coronéis era decisivo para a definição de quais seriam os grupos políticos apoiados pelo governo estadual. Por isso, como corrobora a tese de Carvalho, as eleições eram o principal meio de troca de favores entre os governos municipais e o governo estadual. Assim, embora a tese de Cammack exponha corretamente o fato de que as eleições não representavam verdadeiramente as escolhas dos eleitores, ela se torna frágil ao afirmar que as eleições não tinham importância na orquestração do poder e na consequente distribuição dos cargos e recursos. Ao contrário do argumento de Cammack, as eleições eram fundamentais para a permanência no poder daqueles já tradicionais coronéis, assim como era também decisiva para a ascensão de novas lideranças.

Se as posturas políticas das lideranças locais eram decisivas para a tomada de posição da Comissão de Verificação de Poderes e, conseqüentemente, para a posse dos eleitos, por outro também era determinante para a manutenção do poder dos coronéis no interior do estado e o apoio do governo estadual, sem o qual não haveria capacidade de controle sobre a máquina administrativa local, submetida, principalmente, ao governo estadual.

Havia cargos-chave que eram determinantes para a definição dos recursos de poder, a exemplo dos de delegados e subdelegados, juizes, professores e funcionários das agências de correio e das ferrovias. Esses funcionários estaduais assumiam funções importantes para o controle político local. A liberdade de indicação dos nomes que deveriam assumir os cargos era vinculada à posição política da liderança local. Quando o coronel que mantinha a chefia política local era favorável ao governo estadual lhe era repassado o controle sobre as indicações de funcionários para os cargos estaduais e federais. O contrário também era verdadeiro, quando o chefe local era de oposição ao governo estadual ficava submetido aos constrangimentos próprios do coronelismo, tendo seus correligionários perseguidos pelo aparato policial e judicial.

Se um coronel passava para a oposição ao governo estadual, imediatamente eram destituídos de seus cargos os correligionários a ele ligados. Os cargos tendiam a ser ocupados por representantes do coronel leal ao governo estadual, tornando a máquina administrativa local um instrumento de oposição local à chefia municipal.

2. Coronelismo e oligarquias

Ao estudar o coronelismo baiano, Eoul-Soo Pang ([1971]1979)² elaborou um quadro comparativo dos modelos distintos de oligarquias que tiveram preponderância durante a Primeira República. Pang afirma haver diferenças significativas na formação e na atuação destas oligarquias.

Pouco antes de Pang, Boris Fausto ([1970]1976) indicava que apesar de correta, a afirmação de que o país foi controlado politicamente pelas oligarquias, encobria várias particularidades que representariam diferenças substanciais quanto às formas de aquisição do poder, de conquista de legitimidade e exercício do mando.

Após comparar a ação de distintas oligarquias regionais Pang as divide em quatro grupos principais: a familiocrática, a tribal, a colegiada e a personalista. Essas categorizações, como tipos ideais, podem servir como referência para a comparação entre formas distintas de exercício do poder.

A forma que preponderou em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e em São Paulo foi a da oligarquia colegiada, que “(...) era uma combinação dos tipos familiocrático e/ou tribal” e envolvia “interesses de grupos econômicos urbanos e até mesmo apoiadores individuais vindos de várias profissões. (...) O partido servia de porta-voz dos interesses do colegiado e sua liderança frequentemente era exercida em rodízio entre os chefes das principais facções”. (PANG, 1979:43)

Como a oligarquia colegiada é fruto de uma combinação de diferentes formas de exercício da dominação política e de articulação entre os vários níveis de poder, apresenta-se com um alto grau de heterogeneidade. Apesar da pluralidade ter gerado inúmeras cisões e dissidências, a plasticidade ideológica dos partidos e das lideranças dos grupos de elite também favoreceu uma unidade na diversidade.

3. O coronelismo paulista

Diferente do nordestino, com menos vínculos urbanos, o coronelismo paulista tendeu a promover um sistema de cooptação dos eleitores a partir de métodos diversos que não incluíam violência física que, quando proferida, visava principalmente às lideranças dos grupos de oposição e não os eleitores. Não obstante, a pressão psicológica exercida pela capangagem e pelo oficialato militar a serviço dos coronéis e, ainda, a dependência econômica dos eleitores em relação aos chefes políticos, proporcionava um pleno controle dos currais eleitorais. As defecções eram mínimas, pois havia a certeza de que qualquer quebra do compromisso empenhado pelo eleitor

² O trabalho de Pang foi apresentado originalmente em inglês como tese de doutoramento, em Berkeley, na Universidade da Califórnia, em 1971, sob o título *The Politics of “coronelismo” in Brazil: the case of Bahia (1889-1930)*. Em 1978 foi elaborado o copyright do livro citado, embora ainda em inglês, sob o título *Coronelismo in Brazil (1889-1934)*.

geraria reação automática por parte do coronel.

Geralmente as reações à desobediência passavam pelo desemprego, pelo despejo, pela cobrança de dívidas atrasadas chegando, no limite, à violência física.

Por isso, se não havia tanta violência física contra o eleitorado, em parte isso se justifica pela própria existência de um aparato militar, público ou privado, pronto a exercer as ordens dos coronéis. Ciosos das consequências de contraporem-se a seu poderio, os eleitores tenderam a manter os compromissos empenhados com o chefe político.

Edgard Carone (1977), apoiado pela quase totalidade dos estudos sobre o coronelismo, afirma que há uma diferenciação nítida entre o sistema vigente nos estados política e economicamente centrais, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e aquele verificado nos estados periféricos, especialmente no Norte-Nordeste (SÁ, 1974: 31,32) e no Centro-Oeste (CAMPOS, 1987:17-20; PALACÍN, 1990: 38,39).

Diferente é o resultado da ação dos coronéis que estão presos a produção de mercado. É que sua existência material depende de um processo social e econômico mais complexo, o que os liga intensamente ao processo do poder. O fazendeiro de café ou de açúcar, o faiscador de diamantes ou o fazendeiro criador de gado, representam pesos diferentes na escala de valores, mas dependem de relações de trabalho mais ou menos complexas, que estão presas à sociedade brasileira mais dinâmica. Daí, a ação ou o equilíbrio das forças coronelísticas representarem reflexos mais diretos sobre a política porque, num regime representativo, é fundamental o jogo de forças. (CARONE, 1977:14)

No mesmo sentido de Carone, Eoul-Soo Pang ([1971]1979) demonstra que a característica econômica periférica e subsidiária do Norte-Nordeste levou a uma contínua preponderância do mundo rural e, como consequência, a uma estratificação social sob a qual o domínio da propriedade da terra tornou-se o fundamento principal do poder.

Nos casos em que teria se desenvolvido um sistema político proeminentemente familiar, com vínculos de reciprocidade personalistas, o coronelismo seria caracterizado como “não-institucionalizado” (PANG, [1971]1979). Esse tipo de sistema foi o que preponderou durante a Primeira República nas regiões Norte-Nordeste e Centro-Oeste.

A questão da “institucionalização” do coronelismo se referencia no sistema desenvolvido nos estados centrais e em algumas regiões da zona da mata nordestina. Nesses casos as organizações partidárias foram consolidadas e tornaram-se suficientemente fortes para sobrepor seus poderes aos das principais famílias e dos tiranetes locais.

Sem dúvida a mais forte e poderosa organização partidária na Primeira República foi o PRP, embora os partidos republicanos mineiro (PRM) e riograndense (PRR) tenham também exercido um poder centralizador importante em seus estados. O “coronelismo institucionalizado” teria vingado nas regiões Sul e Sudeste.

A “institucionalização” do coronelismo representa o próprio princípio de superação dos fundamentos sistêmicos que dão sentido ao modelo de relacionamento político coronelista, quais sejam aqueles originados da tradição personalista e familiar e de domínio da propriedade da terra.

A despessoalização representada pelo poder partidário em contraponto ao poder familiar e localista reforça o argumento de que o coronelismo paulista representou um modelo político de transição, no sentido da superação da tradição rural e aristocrática. Isso não teria ocorrido nos estados periféricos com a mesma velocidade.

A mudança de padrão de dominação nas regiões periféricas ocorreu mais lentamente, visto que não houve um desenvolvimento urbano significativo tal qual naquelas em que exerceu-se o “coronelismo institucionalizado”.

Embora existam exceções, grosso modo no Norte-Nordeste, no Centro-Oeste e, principalmente, nos rincões do país, o coronelismo tendeu a reproduzir e não romper com a tradição rural e familiar, como ocorreu em São Paulo na I República.

O PRP serviu como uma instituição mediadora entre os interesses dos coronéis nos diversos municípios e o governo estadual, que passava a ser fundamental à manutenção do poder desses coronéis através da garantia de cargos e recursos.

A Comissão Diretora do PRP se tornou responsável pelas indicações, exonerações e transferências de funcionários. A mesma comissão executiva também controlava os investimentos e a destinação de parte significativa do orçamento do governo estadual.

O crescimento populacional e urbano obrigava os coronéis a se valerem do apoio dos governos estadual e federal. Eles não podiam mais suprir, sozinhos, todas as demandas das populações sob seus comandos, como no passado autárquico.

O processo de controle da máquina pública em São Paulo teve um caráter menos personalista e autocrático que aquele representado pelo modelo coronelista das regiões economicamente periféricas.

Há inúmeros casos em que o PRP não seguiu as orientações do coronel local e chegou a se opor frontalmente a seu domínio, demonstrando que o poder familiar começava a ter que se referenciar em acordos maiores, tanto aqueles intra-partidários, quanto os resultantes da ação de *grupos de interesse* e de *grupos de pressão* organizados no interior de São Paulo.

No processo de “institucionalização” do coronelismo e da máquina do partido estadual há

um princípio de gestão pública independente e alheia aos interesses particulares dos potentados locais, assim como se instituem fundamentos que levariam à profissionalização da atividade política de representação executiva, parlamentar ou partidária. Isso não quer dizer que tenha deixado de ter importância seminal a origem familiar ou a tradição no domínio da terra. Há uma estreita similitude entre as parentelas social, política e economicamente dirigentes em São Paulo, o que tem reflexo direto na composição do partido e do poder. Não obstante, foi durante a I República que critérios institucionalizados e partidários passaram a intervir na definição das posições políticas.

A “institucionalização” do coronelismo acompanha o longo processo de mudança ocorrido em função da complexificação social e da pulverização das formas de aquisição de poder e legitimidade. O poder vai, cada vez mais, sendo dissociado do mundo rural e, por isso, o papel da propriedade da terra também vai perdendo significado sócio-político em função da proeminência de seu aspecto econômico, capitalista.

Tanto as atividades do complexo cafeeiro quanto as prioritariamente urbanas promoveram uma significativa diferenciação social, econômica e cultural no interior das classes dominantes que, sem dúvida, tiveram reflexos no processo de superação das amarras familiares e particularistas impressas à política.

Na análise de Robert Love ([1982]), por exemplo, não se percebe a importância simbólica e prática da “institucionalização” do coronelismo como forma de autonomização de estruturas desconectadas do âmbito estritamente clânico, parental ou familiar.

Se, de fato, há uma nítida preponderância de algumas parentelas na direção do PRP e do governo estadual, isso não significa, entretanto, que o partido ou o governo tenham se submetido integralmente aos interesses particulares das famílias ou parentelas dirigentes.

Não se justificaria a constituição da máquina partidária se o argumento da instrumentalidade do Estado tivesse fundamento pleno. O Clube seria mais adequado, menos institucionalizado, com interesses claramente definidos com base privada, familiar e tradicional.

A abordagem marxista de Love ([1982]), embora fundada em um amplo instrumental empírico, não supera o mecanicismo presente na interpretação que vê nas instituições estatais e partidárias reflexos absolutos do perfil e dos interesses dos mandatários do poder, daí que só poderia concluir que o Estado teria se tornado o comitê executivo dos negócios da burguesia cafeeira.

A observação das diversidades, não só econômicas, mas também políticas e culturais expressas no interior das classes dominantes é indicativa de um movimento tendente a uma configuração de poder que assimilou demandas de ordem privada mas também passou a visar o interesse coletivo e comum. É nesse sentido que se pode entender as opções pela valorização das

máquinas institucionais do PRP e dos governos estadual e federal.

O coronelismo “institucionalizado” foi importante para promover um processo de autonomização contínua das estruturas políticas no sentido da construção do Estado e de instituições públicas cada vez mais independentes dos interesses exclusivamente privados, familiares e particularistas. O PRP, o PD, o Partido Constitucionalista (PC), a Frente Única Paulista (FUP), assim como outras instituições que foram criadas em São Paulo no período, demonstraram haver uma institucionalização política a partir de interesses de ordem coletiva, antes que individual ou familiar.

A mudança política em curso no período principal de vigência do coronelismo em São Paulo pode indicar que sua vertente institucionalizada teria criado os germes de sua própria destruição, iniciando um processo contínuo de superação dos princípios mandonistas e localistas em paralelo à instauração de meios decisórios marcados pela participação coletiva, pelo interesse público e pela burocracia. Isso não quer dizer que os coronéis tenham tido uma postura democrática ou o interesse particular tenha deixado de incidir nos processos decisórios.

O processo dialético de superação presume a persistência de alguns elementos da política tradicional em um ambiente em que novas demandas são também requeridas e se antepõem ao tradicionalismo. O central nessa questão passa pelo fato de que foram criadas instituições coletivas de mediação. Esse processo de institucionalização de demandas prenuncia a formação dos modernos partidos, dos *grupos de interesse* e dos *grupos de pressão*, tal qual nas democracias participativas mais avançadas. Antes que um partido-comitê, o PRP foi um organizador de demandas contraditórias.

A questão da instrumentalização do Estado pela classe dominante na Primeira República é mais complexa e contraditória que aquela pressuposta no argumento de Love. Não há uma classe dominante, mas grupos dominantes, no plural. A heterogeneidade da burguesia é destacada por um conjunto amplo de autores, que demonstram a fragilidade do argumento pautado na existência de demandas unificadas da burguesia representadas por interesses de classe definidos e homogêneos. Esses grupos econômica e politicamente dominantes, por sua vez, embora possam ser favorecidos pelas ações do governo, não têm capacidade, inclusive por conta de sua heterogeneidade e pluralidade de interesses, e pela falta de profissionalização do meio político, de se autonomizarem no controle do aparelho de Estado.

Se a burguesia não tornou o Estado um instrumento de seu uso exclusivo, este também não foi superpoderoso como, por exemplo, se apresenta no argumento de Raymundo Faoro. Ainda pouco burocratizado e sujeito a pressões externas, particularistas e patrimoniais, o Estado, em construção, também não detinha a plena autonomia em relação à elite que o corporificava, que o

legitimava e que o conduzia.

Como a superação dialética pressupõe também a persistência e o conflito com as estruturas do passado, os mecanismos eleitorais, por exemplo, representaram um forte apego às tradições mandonistas, com amplas e variadas formas de fraude e manipulação.

Tanto a Liga Nacionalista, de 1922, quanto o PD, fundado em 1926, entretanto, foram criados a partir de um discurso em favor da mudança das estruturas de domínio e das eleições fraudulentas e do voto secreto, indicando que dentro do próprio sistema de dominação havia dissonância em favor da mudança, da participação e da justiça eleitoral como forma de “moralizar” o sistema político. A moral usada como referência nesse caso não é a presente no fundamento do *ethos* patrimonial ou da dominação tradicional, mas a moderna, fundamento da ética da modernidade, do liberalismo, da racionalidade, da isonomia, da impessoalidade no trato da coisa pública.

O exemplo de burocratização dos órgãos fazendários do estado de São Paulo e do governo federal na Primeira República é uma indicação da busca pela profissionalização da atividade do aparelho de Estado (PERISSINOTTO, 2000:109-147; SALLUM JÚNIOR & KUGELMAS, 1985). O Banco do Brasil, o Ministério e a Secretaria estadual da Fazenda, assim como outros órgãos fiscais, deixaram de ter seus funcionários indicados e passaram a exigir concurso para provimento, privilegiando, assim, a meritocracia burocrática. Na Secretaria da Justiça ocorreu o mesmo, lentamente, o provimento foi exigindo concurso. Até a Secretaria do Interior, responsável por grande parte das indicações para cargos municipais nos setores de educação, saúde, correios, etc., também começou a exigir concurso, demonstrando haver um processo interno de burocratização e autonomização da máquina pública.

Sob o espectro estritamente institucional Victor Nunes Leal ([1949]1975) já indicava, no final da década de 1940, o caminho da superação dos princípios coronelistas com a instauração de instrumentos de mediação institucional cada vez mais calcados no interesse coletivo, na justiça e na participação. O fortalecimento do aparelho de Estado, especialmente no nível nacional, teria levado a uma submissão dos coronéis ao poder público, cada vez mais fortalecido e independente.

O que Victor Nunes Leal não notou é que o processo de burocratização não ocorreu apenas com o fortalecimento do poder central, mas também começou a se processar em alguns estados e inclusive em alguns municípios. A questão federativa, portanto, não determina a qualidade do relacionamento entre poder privado e público.

Não foi apenas a centralização que diminuiu o poder dos coronéis. A transformação das estruturas de dominação política em alguns estados, regiões e até em alguns municípios, pode indicar que, apesar do sistema familístico e localista prevalecer na maioria do país, começava a

ocorrer, nos núcleos centrais de decisão, uma complexificação tendente à alteração das funções do coronelismo.

A mudança no perfil dos dirigentes políticos refletiu em alteração nas formas de apropriação do poder e conquista de legitimidade e também nos modos de administração dos negócios públicos.

Os novos dirigentes, formados no meio urbano, expressam a mudança de mentalidades que refletem em alterações sócio-culturais significativas que, com o tempo, também incidiram em transformações na própria concepção da origem e fundamento do poder, cada vez menos mandonista e mais aberto à participação.

O coronelismo não vai desaparecendo apenas com o fortalecimento do governo federal e a centralização política e administrativa, como afirmava Victor Nunes Leal. Ele vai perdendo força desde o momento em que as mentalidades familísticas, privatistas e mandonistas vão deixando de incidir preponderantemente nas formas de exercício do poder. E isso não tem vínculo com a centralização burocrática, mas com os novos padrões sócio-culturais de organização que incidem no universo local e nas formas de conquista de legitimidade.

Ao tratar do coronelismo paulista, necessariamente deve-se observar a ação dos partidos políticos e das contradições internas subjacentes a eles. O “coronelismo institucionalizado” (PANG, [1971]1979) deve ser entendido como um espectro transitório no sentido da mudança e da consolidação de meios institucionais coletivos independentes e, cada vez mais, alheios ao arbítrio, à desmedida, ao despotismo.

Antes de representar a perpetuação do poder da burguesia rural o coronelismo “institucionalizado”, foi instrumento de rompimento com as amarras clânicas. O processo de mudança tornava esses vínculos anacrônicos e, por isso, vão deixando lentamente de incidir sobre os processos decisórios.

A mudança ocorreu com maior velocidade e intensidade onde o coronelismo “institucionalizado” teve vigência. Não obstante, por outro lado, nos estados periféricos e, principalmente, nos sertões desses estados, o coronelismo clânico, familiar e unipessoal continuou a vigir ainda por muitos anos.

A distinção significativa entre os coronelismos “institucionalizado” e “não-institucionalizado” se deve, em parte, ao fato de que onde ocorreu um maior desenvolvimento econômico, com urbanização mais intensa e dinamismos culturais mais acentuados, houve um rompimento mais rápido e profundo com as estruturas rurais clânicas e patriarcais e com as tradições senhoriais, que lentamente foram superadas.

4. A Comissão Diretora e o PRP

Com o desenrolar da Primeira República a Comissão Diretora³ do PRP foi ganhando, lentamente, maior peso nas decisões internas à agremiação, passando a controlar os processos de indicação de candidaturas, além de ter quase autonomia na definição dos componentes da máquina pública estadual e das políticas implementadas pelo governo.

A Comissão Diretora do PRP, de 1889 a 1930, foi assim composta pelas seguintes lideranças: Manuel Ferraz de Campos Sales, Adolfo da Silva Gordo, Manuel Lopes de Oliveira, Francisco Glicério Cerqueira Leite, Domingos Correia de Moraes, Vitorino Gonçalves Carmilo, Luis Pereira Barreto, Antônio Ulhôa Cintra (Barão de Jaguará), José da Costa Machado e Souza, Joaquim Lopes Chaves, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, Joaquim Celidônio Gomes dos Reis, Martinho da Silva Prado Júnior, Brasilio Rodrigues dos Santos, Francisco Antônio de Souza Queiroz, Elias Antônio Pacheco Chaves, Antônio Carlos Arruda Botelho (Conde do Pinhal), João Carlos Leite Penteado, Prudente de Moraes Barros, Bernardino de Campos, Cesário Mota, Júlio de Mesquita, Francisco de Paula Rodrigues Alves, José Alves Guimarães Júnior, Alfredo Ellis, José Alvares Rubião Júnior, João Batista de Melo Oliveira, Manuel Batista de Siqueira Campos, José Paulino Nogueira, Luís de Toledo Piza e Almeida, Antônio Carlos Ferraz Sales, Ricardo Soares Batista, Carlos Pereira Guimarães, Alfredo Guedes, Frederico de Abranches, Antônio de Pádua Sales, Antônio de Lacerda Franco, Francisco de Assis Peixoto Gomide, Fernando Prestes de Albuquerque, Cesário da Silva Bastos, Jorge Tibiriçá, Antônio Dino da Costa Bueno, Manoel Joaquim Albuquerque Lins, Virgílio Rodrigues Alves, Carlos de Campos, Rodolfo Miranda, Olavo Egídio de Souza Aranha, Altino Arantes Marques, Arnolfo Azevedo, Ataliba Leonel, Uladislau Herculano de Freitas, Washington Luís Pereira de Sousa, Silvio de Campos, Manoel Pedro Villaboim e Arthur de Aguiar Whitaker (CASALECCHI, 1987, p. 313,314).

A composição da Comissão Diretora do PRP é um mapa ilustrativo das principais lideranças políticas do estado. A quase totalidade dos governadores paulistas durante a Primeira República participou da Executiva estadual do partido. Uma exceção foi Júlio Prestes de Albuquerque, de Itapetininga. Governador e candidato eleito à presidência da República, Júlio Prestes se sobressaiu politicamente em conexão com a carreira de seu pai, Fernando Prestes de Albuquerque, chefe do quarto distrito eleitoral, referente à região de Sorocaba e Itu, na Baixa Sorocabana. Fernando Prestes, além de vice-governador e governador, também participou da Comissão Diretora do PRP, representando assim, não apenas a si próprio, mas o clã político dos Prestes de Albuquerque.

As demais exceções referem-se ao período de estabilização do regime republicano e

³ Aqui usarei os termos “comissão executiva” e “executiva estadual” ao me referir à Comissão Diretora do PRP. Esses termos foram usados indistintamente pelos atores políticos da época.

constitucionalização federal e estadual, entre 1889 e 1891. Da junta provisória de governo, em 1889, que durou menos de um mês, fizeram parte Joaquim de Souza Mursa e Francisco Rangel Pestana, que não compuseram a Comissão Diretora do PRP, assim como Américo Brasiliense de Almeida e Melo, que governou de março a dezembro de 1891, sucedido interinamente por José Alves Cerqueira César, que ficou no cargo apenas nove meses. Dos vinte nomes que aparecem na junta provisória e no governo de São Paulo de 1889 a 1930, apenas esses cinco não compuseram a executiva partidária, embora tenham tido relações estreitas com o partido.

Inúmeros autores atentam para uma, cada vez maior, simbiose entre a Comissão Diretora do PRP e o governo do estado de São Paulo. A participação na executiva partidária correspondia, indiretamente, ao peso político e eleitoral de cada um dos chefes regionais. Assim, todos os distritos eleitorais tiveram representantes na Comissão. O poder expresso por cada liderança se refletia em acesso a recursos de poder sob controle do governo estadual.

5. Regionalismo paulista

Os chefes regionais são aqueles coronéis que cumprem a função de mediação entre os governos locais e a Comissão Diretora do PRP ou, então, entre os coronéis e, diretamente, o governo estadual. Geralmente, esses líderes participavam pessoalmente ou mantinham representantes na Comissão Diretora do partido.

A partir das negociações entre as situações locais e os chefes regionais procediam-se as indicações para cargos públicos, assim como a liberação de recursos e o financiamento para obras de infra-estrutura. Eram esses chefes regionais que exerciam a tarefa de julgar conflitos entre coronéis nos municípios, além de apaziguar ânimos das facções opositoras ao governo estadual nas pequenas cidades.

Essas figuras, de poder inegavelmente superior ao dos coronéis dos pequenos municípios, foram deixadas de lado nas análises sobre o sistema político em São Paulo. Grosso modo, a literatura especializada sobre o tema tende a relacionar de forma direta o governo estadual e os chefes locais, dando pouca ou nenhuma importância para essa clivagem que não passa pela conhecida pirâmide de poder formada pela trilogia governo federal/governo estadual/governo municipal.

Essa lacuna, em parte, pode ser explicada pelo fato de que alguns chefes regionais foram presidentes de província/governadores ou presidentes da República, a exemplo de Rodrigues Alves, Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos e Fernando Prestes. Outros, porém, como os coronéis Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Ataliba Leonel, Lacerda Franco, Francisco

Glicério⁴, etc., ficaram de lado na historiografia clássica sobre o coronelismo em São Paulo. Ainda outro motivo concorre para essa constatação, o fato de que nem sempre os chefes regionais assumiram postos de governo ou cargos eletivos, mantendo compadres e políticos fiéis como seus representantes, a exemplo do coronel Junqueira, de Ribeirão Preto, líder incontestado da zona Mogiana e do décimo distrito, o maior colégio eleitoral do estado.

É conhecido da literatura especializada o fato de que parcela significativa dos coronéis mantinha testas de ferro à frente dos cargos eletivos e de indicação. Muitos coronéis mantinham parentes diretos e indiretos nos postos de mando. Alguns privilegiavam os cunhados e genros bacharéis, outros escolhiam seus afilhados políticos dentre o rol dos correligionários e subordinados. O filhotismo, o nepotismo, o cunhadismo e o apadrinhamento político foram formas extensamente utilizadas por importantes coronéis que, apesar de manterem relações diretas com os eleitores e serem reconhecidos como lideranças proeminentes, jamais assumiram cargos eletivos ou de representação. Muitos coronéis não eram alfabetizados, o que dificultava o acesso aos cargos de representação, estimulando a manutenção de testas de ferro que os representassem nas diversas esferas de poder. Os líderes regionais mantinham correligionários nos parlamentos e nos principais postos de mando do poder executivo estadual e nacional.

A articulação entre o governo estadual, a Comissão Diretora do PRP e os coronéis dos pequenos municípios era exercida pelas lideranças regionais ou por seus prepostos, o que concentrava poder, tornando as posições dessas chefias decisivas para as definições dos rumos do partido e do governo.

A observação dos aspectos formais da composição dos governos pode, por isso, encobrir a existência de lideranças regionais que concentraram poder desproporcionalmente aos demais coronéis do estado.

Embora o poder da liderança regional possa ser ampliado em conformidade com a extensão da parentela política que a legitima, há duas formas definidas de avaliação do espaço de circunscrição de poder durante a Primeira República, a zona e o distrito eleitoral.

Havia coronéis que exerciam a chefia regional e mantinham a sede de seu poder geograficamente localizado no município central do distrito e da zona, mas que também podiam manter elos de reciprocidade com coronéis e famílias de municípios distantes. Isso significa que não há, precisamente, um universo geoespacial de circunscrição do poder das lideranças regionais.

⁴ No estudo de José Sebastião Witter (1999) sobre a origem e desenvolvimento do Partido Republicano Federal (PRF) o autor retoma, ainda que superficialmente, a biografia política de Glicério. Não obstante, sua pesquisa não se debruça sobre a ação do “general das vinte e uma brigadas” no interior do PRP e na articulação dos coronéis do 7º distrito. O mesmo autor organizou dois volumes de discursos, textos e notas biográficas patrocinado pelo Senado federal a partir da Fundação Casa de Rui Barbosa. A tese de doutoramento de Witter se foca especialmente na biografia e na trajetória política de Glicério, não obstante, não se aprofunda na questão regional paulista.

A circunscrição do poder dessas lideranças podia tanto definir-se espacialmente, a partir das zonas geográficas e dos distritos, quanto politicamente, o que envolvia relações partidárias e também familiares.

Apesar da fluidez do espaço de circunscrição do poder político encerrado pelas lideranças regionais no estado de São Paulo, é possível referenciá-las, grosso modo, a partir de alguns elementos que orientem a visualização dos espaços de representação de poder por elas exercido. A definição de um espaço de controle político, ainda que variável, é importante para compreender o conjunto de acordos firmados entre os membros da direção do PRP e estas lideranças regionais e também entre estas e os coronéis dos pequenos municípios.

As lideranças regionais geralmente controlavam as chamadas zonas geográficas, que foram usadas como referência para a definição dos distritos eleitorais.

Após a lei Saraiva, principal orientadora dos processos eleitorais tanto do final do Império até os primeiros anos da República, o estado de São Paulo era formado por nove distritos eleitorais. Após a promulgação da Carta estadual republicana, o estado passou a contar com dez distritos. A definição dos distritos era a principal referência para a política regional paulista. As candidaturas para deputação estadual e nacional, assim como para a senatoria estadual e nacional, deveriam ser realizadas por distrito, o que atribuía um manancial importantíssimo de poder às lideranças regionais, responsáveis pelas escolhas dos candidatos em conformidade com os interesses regionais.

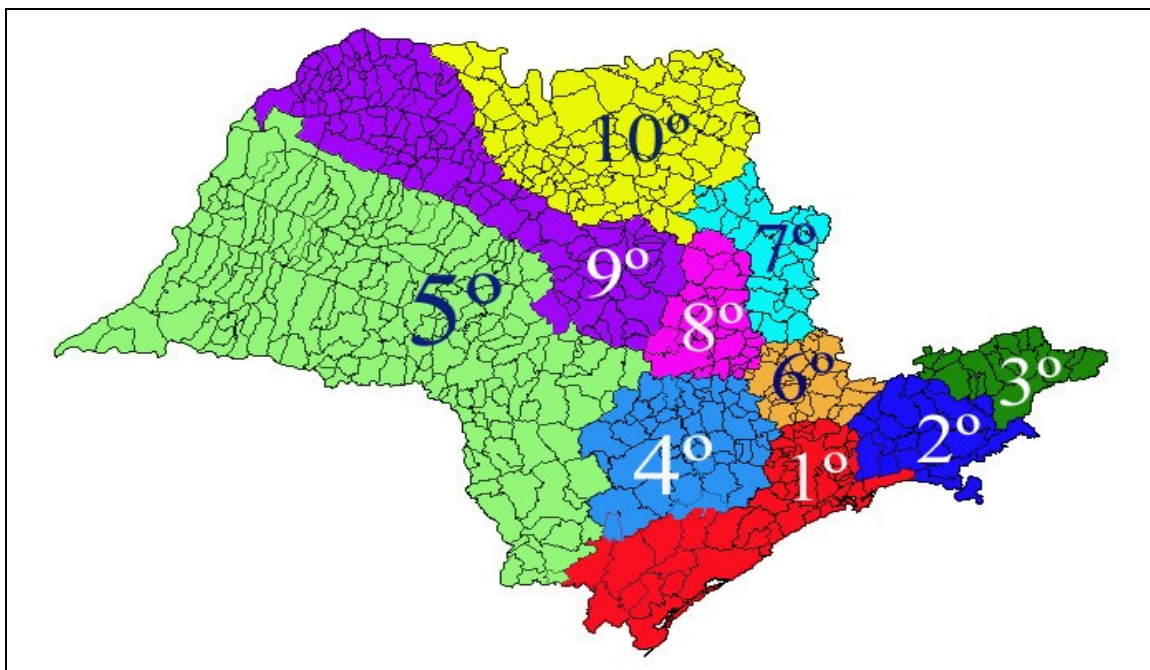
O primeiro distrito, da capital e litoral sul, era o que possuía maior concorrência eleitoral e por isso tendeu a pulverizar o poder político e diminuir a influência das lideranças locais em relação àquelas dos demais distritos, geralmente dirigidos de forma centralizada e hierárquica.

O segundo distrito, com sede em Taubaté, que incluía parte do vale do Paraíba e o litoral norte, era comandado por Rodrigo Lobato Marcondes Machado; o terceiro, com sede em Guaratinguetá, que reunia as cidades de desenvolvimento mais antigo do vale do Paraíba, próximas da fronteira com o Rio de Janeiro, tinham como líder principal o governador e presidente Rodrigues Alves e seus familiares, especialmente Arnolfo, de Lorena; Fernando Prestes de Albuquerque e seu filho, Júlio Prestes, de Itapetininga, comandavam o quarto distrito, com sede em Itu; Ataliba Leonel chefiava o quinto distrito, com sede em Botucatu; O sexto distrito, correspondente à zona central do estado, por ser o berço político de grande parte dos republicanos históricos, manteve uma pluralidade de lideranças, entre as mais proeminentes encontram-se Prudente de Moraes, de Piracicaba, e Campos Salles, de Campinas; Francisco Glicério controlava o sétimo distrito eleitoral, sediado em Mogi-Mirim; Lacerda Franco, de Araras, era o líder do oitavo distrito, sediado em Limeira; o nono, referente à região de São Carlos e Araraquara foi dirigido por Alfredo Ellis e pelo conde do Pinhal, do extenso clã dos Arruda Botelho; finalmente, o décimo distrito eleitoral, foi

chefiado pelo coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, de Ribeirão Preto, que liderava a maior e mais influente parentela política do Oeste Paulista e do estado de São Paulo como um todo.

O mapa abaixo apresenta as circunscrições geoespaciais dos distritos, o que facilita a observação das áreas de controle político e eleitoral exercido pelos chefes locais.

DISTRITOS ELEITORAIS



Inúmeros autores atentam para uma, cada vez maior, simbiose entre a Comissão Diretora do PRP e o governo do estado de São Paulo. A participação na executiva partidária correspondia, indiretamente, ao peso político e eleitoral de cada um dos chefes regionais. Assim, todos os distritos eleitorais tiveram representantes na Comissão.

O aumento de importância política do comando estadual do partido é acompanhado da ascendência eleitoral do distrito de Ribeirão Preto. Desde o Império, com o crescimento da economia cafeeira, o município vinha aumentando seu contingente eleitoral. Com a República, Ribeirão Preto tornou-se sede do 10º distrito eleitoral, permanentemente responsável pelo maior contingente de votos do PRP. Exemplo dessa preponderância pode ser observado nos resultados das eleições de 1922, quando o distrito possuía população de 716.088 habitantes e o PRP obteve 19.580 votos, enquanto o da capital, com população de 767.313 habitantes, obteve quase metade dos votos, 10.944⁵.

Como se pode verificar nos gráficos referentes às eleições de 1922, o décimo e o quinto distrito respondiam pela maior parcela de votos atribuídos ao PRP. Durante toda a Primeira

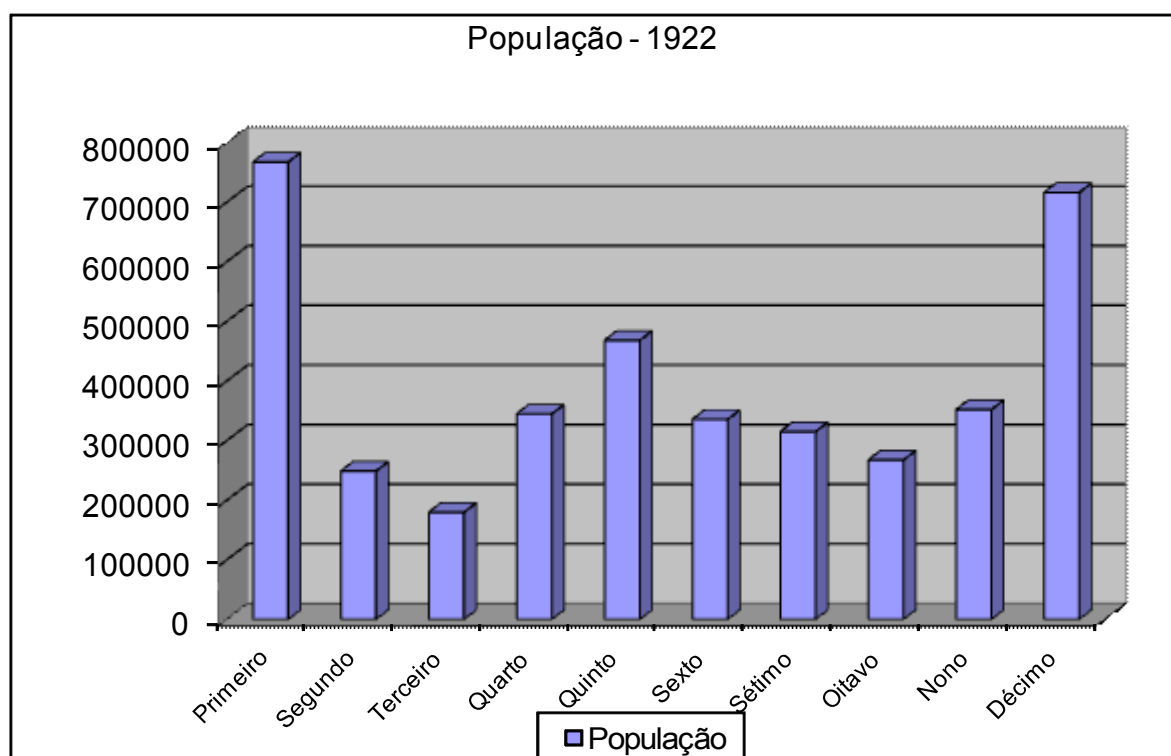
⁵ Casalecchi ([1987]), extraído do *Correio Paulistano* de 28 de março de 1922.

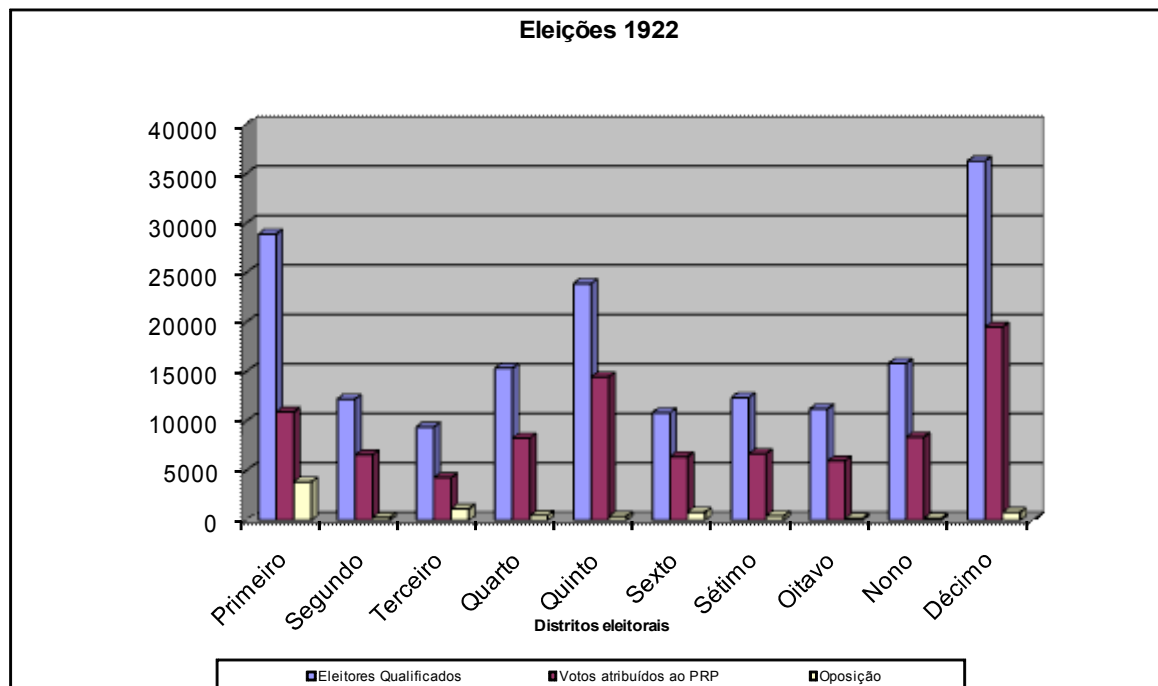
República o décimo distrito respondeu pelo maior contingente de votos para a situação estadual, conferindo um poder significativo aos grupos envolvidos com as parentelas que mantiveram votos e negócios na região, como os Junqueira, os Prado, os Nogueira, os Diederichsen e os Shmidt.

No conjunto dos componentes da Comissão Diretora do PRP a participação dos representantes da região de Ribeirão Preto, sede da zona Alta Mogiana e do décimo distrito eleitoral foi preponderante, acompanhando, portanto, o perfil eleitoral do estado.

Dentre os representantes do décimo distrito na Comissão Diretora do PRP constaram Luis Pereira Barreto, Martinho Prado Júnior, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, José Alves Guimarães Júnior, Rodolfo da Rocha Miranda, Joaquim Celidônio dos Reis, Altino Arantes Marques e Washington Luis Pereira de Souza. José Paulino Nogueira, da região de Campinas (sexto distrito), e o Conde do Pinhal, de São Carlos (nono distrito), também mantiveram negócios na região de Ribeirão Preto. Francisco Glicério, de Campinas, e seu genro, Herculano de Freitas, apesar de chefiarem o sétimo distrito eleitoral, correspondente à região de Mogi-Mirim e Casa Branca, mantiveram laços de aliança permanente com o chefe político supremo da região de Ribeirão Preto, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

Dos 55 componentes da executiva do PRP de 1889 a 1930, 11 foram direta ou indiretamente ligados à região de Ribeirão Preto, consolidando o décimo distrito eleitoral como o mais representado na executiva partidária por todo o período.





Os gráficos acima expostos demonstram, nitidamente, a preponderância eleitoral do décimo distrito. Apesar de o primeiro distrito, que corresponde à capital e ao litoral sul, ter população pouco superior à do décimo, esse apresenta uma quantidade de eleitores qualificados e um número de votos atribuídos ao PRP significativamente maiores.

Na região da capital (primeiro distrito), a mais urbanizada do estado, a concorrência política e a dificuldade de manter currais eleitorais a partir da dependência sócio-econômica, minimizaram o potencial eleitoral do distrito, tendendo a pulverizar os votos, daí a maior concentração de oposição no estado.

Além da preponderância do décimo distrito, sobressai também a participação populacional e eleitoral do quinto distrito. Esse abarcava as zonas pioneiras da Alta Sorocabana e da Noroeste, acompanhando as bacias do Paranapanema, do Aguapeí e do Peixe, chegando até a margem esquerda do Tietê, incluindo cidades como Botucatu, Bauru, Ourinhos e Presidente Prudente.

Em parte a ascendência eleitoral do quinto distrito pode ser conferida ao amplo controle dos processos de votação por parte de alguns coronéis e a ocorrência de fraudes em maior monta que nas zonas antigas onde a concorrência eleitoral era mais intensa (CASALECCHI, [1987]).

O desenvolvimento da região correspondente ao quinto distrito eleitoral também se deveu ao fluxo de capitais de diversos líderes cafeicultores do Oeste Paulista que já mantinham currais eleitorais em outros distritos como, por exemplo, Rodolfo Miranda, Fernando Prestes, Mello Peixoto e Ataliba Leonel.

A reconstituição histórica das trajetórias das principais lideranças do PRP e a análise do

relacionamento político entre o partido em Ribeirão Preto e a Comissão Diretora estadual pode servir como um exemplo ilustrativo da dinâmica política coronelista (GODOY, 2007).

A verificação da amplitude de controle político e eleitoral de lideranças regionais e distritais permite mapear o quadro político paulista sob o coronelismo. A definição do mapa da elite política paulista auxilia na tarefa de definição e compreensão dos acordos intra-partidários, que tinham reflexos diretos na estrutura de dominação regional e, principalmente, no governo estadual.

A observação e análise das posturas assumidas pelas principais lideranças políticas e econômicas na região de Ribeirão Preto pode auxiliar no esforço de observar, empiricamente, algumas das características do coronelismo e dos elos de reciprocidade que o balizam, assim como permite um maior conhecimento sobre a política local em uma região de importância fundamental durante o período em foco, visto que reuniu a maior parte da população e o maior contingente de eleitores do estado durante toda a Primeira República, além de ter sido o principal pólo dinâmico da economia cafeeira, tornando Ribeirão Preto a capital do café, o eldorado paulista.

A elite da região de Ribeirão Preto, que reuniu as principais lideranças políticas paulistas na I República, se sobressaiu na participação em instâncias de poder estaduais e nacionais, notadamente na composição de cargos de liderança no PRP e nos governos do estado de São Paulo e federal, chegando inclusive a ter Altino Arantes como governador e Washington Luis como prefeito da capital, governador e presidente da República, ambos de Batatais⁶, município satélite da órbita de Ribeirão Preto. Do mesmo escritório de advocacia de Batatais também proveio Joaquim Celidônio dos Reis, também membro da Comissão Diretora do PRP. O mais interessante notar da observação dos processos eleitorais na região é o fato de que, apesar de produzir lideranças estaduais e nacionais, todas elas se submetiam aos interesses do chefe político do décimo distrito, o principal responsável pela indicação dos candidatos da região, o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, carinhosamente apelidado de Quinzinho da Cunha.

Quinzinho da Cunha, embora tenha “feito” inúmeros deputados, senadores, governadores e até presidentes da república, jamais assumiu cargos de representação, mantendo prepostos nos principais níveis de representação, ampliando sobremaneira o controle sobre os mandatos.

As eleições na década de 1920, por exemplo, foram marcadas pela pequena participação eleitoral, cerca de 8% da população. Segundo o censo de 1920, de uma população brasileira total de 30,6 milhões de habitantes apenas 2,4 milhões eram qualificados para participarem de eleições. Isso não significava, entretanto, que esse contingente como um todo de fato sufragasse as candidaturas,

⁶ Sabe-se que Washington Luis não nasceu em São Paulo. Não obstante, sua vida profissional e política esteve sempre ligada ao estado, levando inúmeros intérpretes a tratá-lo como “o paulista de Macaé”. Após formar-se em direito, Washington passou a residir em Batatais, onde dirigiu um escritório de advocacia em sociedade com alguns membros ilustres da política paulista, entre outros, Altino Arantes e Joaquim Celidônio Gomes dos Reis.

visto ser o voto optativo e a abstenção eleitoral alta. No ano de 1922, no Rio de Janeiro, por exemplo, dos 20% da população aptos a votar apenas 1% foi às urnas. Em São Paulo a abstenção eleitoral chegava a 40%, demonstrando mais uma vez que o número absoluto de votos não era um referencial qualificado para avaliar a política no estado. A ampliação do eleitorado em face do fim do voto censitário não garantiu um aumento significativo do número de eleitores, visto que novas cláusulas de barreira foram interpostas, como a proibição do voto dos analfabetos, militares e a restrição à participação feminina. No conjunto da população cerca de 92% encontrava-se incapacitado de participar. Como os constrangimentos eleitorais geravam violência e temor por parte dos eleitores, muitos optavam por não votar, tentando com isso não vincular-se a nenhum dos grupos contendores, o que favorecia a proteção contra as perseguições por parte dos coronéis.

Além da restrita participação eleitoral a fraude grassou nas eleições de 1922 de forma exemplar. Em 68 municípios do estado de São Paulo a oposição não apresentou nenhum voto, sinal claro de existência de fraude, já que havia candidaturas de oposição colocadas em todas as cidades do estado. Além do claro controle sobre os resultados eleitorais através da anulação dos votos atribuídos à oposição, em inúmeros municípios do estado os fraudadores, para não tornarem tão explícitas as manipulações, chegavam a atribuir números irrisórios de votos, como se pode constatar nos exemplos a seguir:

Município	População	Eleitores qualificados até dezembro de 1921	Votos atribuídos ao PRP	Votos atribuídos à oposição
Avaré	19.351	927	626	2
Bom Sucesso	4.885	374	322	1
Cajuru	16.078	1.151	551	1
Araras	19.708	1.635	413	1
Santa Rita do Passa Quatro	18.370	767	436	1
Olympia	40.951	1.040	831	1
Palmeiras	10.654	408	307	1
Una	9.134	646	333	0
Tatuhy	25.568	1.880	223	0

Fonte: Casalecchi, 1987: 265-270.

O coronelismo na Primeira República criou laços de reciprocidade desiguais que auxiliaram a manutenção das oligarquias regionais no poder. A orquestração da fraude seguia os interesses dos

grupos dominantes, tendo o PRP como instituição central de articulação política. Neste sentido, eram os chefes distritais os principais responsáveis pelas eleições nos municípios. Os chefes regionais eram aqueles que procediam à distribuição dos cargos, assim como eram eles que orquestravam os conflitos entre coronéis dos pequenos municípios.

Com o desenrolar da I República o país começa lentamente a se urbanizar e industrializar. As novas atividades econômicas condicionaram algumas práticas políticas tendentes à superação do coronelismo, como demonstrava Victor Nunes Leal. Em São Paulo, centro dinâmico da acumulação burguesa, os fortes elos oligárquicos não resistiram às transformações políticas e econômicas que se iniciaram na década de 1920 e levaram à dissolução do poder dos partidos e oligarquias regionais. A criação do Partido Democrático em 1926, a revolução de 1930 e a derrota da Frente Única Paulista na revolução constitucionalista de 1932, entre outros fatores, levaram à dissolução do PRP e de um conjunto de práticas de reciprocidade tendentes à superação do coronelismo. O resultado deste processo se fará notar a partir da burocratização e centralização política, administrativa e tributária do getulismo.

No período da I República o voto distrital para deputados federal e estadual levou à criação de máquinas de controle político regional organizadas em conformidade com as zonas e distritos. Como a maior parte dos estudos sobre o coronelismo na I República focam a cadeia de compromissos a partir da trilogia federativa, qual seja, união, estados e municípios, em geral é esquecida a clivagem regional interna aos estados. Em São Paulo, a esfera regional ou distrital era fundamental. Era nesta esfera que os acordos, as fraudes e as intervenções eram organizadas. Essa esfera regional/distrital era também importante para a definição dos postos políticos mais relevantes do PRP, os de representantes na Comissão Diretora. Era também nesta esfera onde se procediam as distribuições de favores e cargos sob controle do governo estadual. Nota-se, assim, que ainda há muito o que se fazer no campo de pesquisas sobre o coronelismo e o poder político na I República.

Referências Bibliográficas

- CAMMACK, Paul.(1979), “O “coronelismo” e o “compromisso coronelista”: uma crítica”. In *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 5, Belo Horizonte.
- CAMARGO, José Francisco de.(1952), *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, FFLCH/USP.
- CAMPOS, Francisco Itami. (1975), *Coronelismo em um estado periférico: Goiás na Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

- CARONE, Edgard. (1973), *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 2ª ed..
- _____. (1977), *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 3ª ed..
- CARVALHO, José Murilo de. (1999), “Mandonismo, Coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: CARVALHO, José Murilo de. (1999), *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/Humanitas.
- CASALECCHI, José Ênio. (1987), *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- FAORO, Raymundo. ([1958] 2000), *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo.
- FAUSTO, Boris ([1970] 1976)- *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 4ª ed..
- GODOY, José Henrique Artigas de. (2007), *Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH/USP.
- KUGELMAS, Eduardo. ([1986]), *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH-USP.
- LEAL, Victor Nunes. (1975 [1949]), *Coronelismo enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega.
- LOVE, Joseph. ([1982]), *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LOVE, Joseph & BARRICKMAN, Bert J.. ([1986]), “Rulers and owners: a brazilian casa study in comparative perspective”, in *Hispanic American Research Review*, 66, 4, Miami, Duke University Press.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. (1965), *Ideais e lutas de um burguês progressista: o partido democrático e a revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 2ª ed..
- PALACÍN, Luis. (1990), *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. Goiânia, UCG Editora.
- PANG, Eoul Soo. (1979), *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. ([2000]), *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. Campinas, FAPESP/Anna Blume.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. (1986) *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo, Ática.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1975), *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, tomo III, vol.1.

- SAES, Décio. (1985), *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SALLUN JÚNIOR, Brasília & KUGELMAS, Eduardo. (1985), *A evolução institucional da Secretaria da Fazenda:1889-1930*. São Paulo, *Cadernos FUNDAP*, ano 5, nº9.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1985), “O processo político-partidário na Primeira República”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.) - *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel.
- TELAROLLI, Rodolpho. ([1982]), *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo, Brasiliense.
- WITTER, José Sebastião(org.). ([1982]), *Idéias Políticas de Francisco Glicério*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 2 vols..
- WITTER, José Sebastião. ([1999]), *República, política e partido*. Bauru, EDUSC.